



Os caminhos da devoção: as religiosas do convento de S. Bento de Barcelos na segunda metade do século XVIII

Ricardo Manuel Alves da Silva
Licenciado em História, Professor de História e Língua Portuguesa no
Agrupamento de Escolas de Vale de S. Bento.



Introdução

A riqueza dos aspectos morais, sociais e individuais que envolvem a história religiosa feminina, e a falta de estudos sistemáticos e consistentes nesta área, tornam-na num campo vasto de exploração e de descobertas.

Entre outras razões, foram estas que mais nos motivaram para levar a cabo este estudo sobre as religiosas do convento de São Bento de Barcelos. Procurámos fazer uma breve análise da sua fundação e contextualizar essa comunidade em termos sociais, morais e religiosos nos finais do Antigo Regime. Esta pesquisa também foi orientada na busca dos trâmites processuais que a entrada destas mulheres naqueles espaços exigia para se perceber a rede de dependências a que estavam sujeitas, assim como dos requisitos necessários para que a sua entrada fosse possível. Uma vez professoras, tornou-se necessário indagar o seu percurso religioso e espiritual, nomeadamente, o acto do seu “matrimónio” com Deus e os aspectos a ele associados.

O período temporal estudado respeita o século XVIII e os inícios do século XIX, recuando-se inicialmente ao século XVI aquando do tratamento da fundação desta instituição. No entanto, é de realçar que este hiato entre o século XVI e o século XVIII se justifica pela ausência de documentação. Trata-se assim de uma reconstituição da vida conventual do convento de São Bento de Barcelos a partir de alguns fragmentos, embora sejam sustentados pela documentação consultada a partir de onde procurámos retirar a evidência histórica.

1 - A condição da mulher no pós Trento

O abalo provocado na Igreja Católica pela Reforma Protestante levou as autoridades eclesiásticas a tomarem medidas no sentido de reformar esta instituição, assim como as práticas e as condutas dos seus fiéis, de forma a garantir um maior rigor e uma maior fidelidade aos ideais dos princípios do Cristianismo. Não havendo grandes alterações em relação às normas a cumprir, apostou-se numa maior regulamentação e controlo, quer social, quer religioso.

Esta regulamentação, que moldou as práticas religiosas dos fiéis, teve também como destinatários os próprios membros do clero, que eram quem administrava os sacramentos religiosos. Portanto, um conjunto de leis vão disciplinar os costumes, submeter “[...] as vontades, os sonhos, as acções, os pensamentos.”¹ a uma rigorosa vigilância.

A mulher, dada a sua natureza, foi encarada com particular atenção. “O discurso normativo cristão insistiu, relativamente à mulher, em duas grandes exigências de comportamento: a proibição do convívio entre homens e mulheres e a necessidade absoluta da clausura feminina para possibilitar essa mesma segregação sexual prescrita.”²

No entanto, a própria concepção cristã da mulher condicionou a opinião e a visão que se tinha sobre ela, “[...] a tradição misógina contida no livro do Génesis e nas cartas de Paulo (I Coríntios) transfigurou a mulher, primeiro, em instrumento do demónio (na Idade Média) e, depois, em factor de dissolução social (a partir do século XVI), apoiada numa doutrina e código ético-sociais que era sustentada pela teologia e pela filosofia natural.”³

Por esse facto, e porque era considerada limitada no entendimento e na razão, a mulher era considerada incapaz de, por si só, conservar a sua virtude e a sua honra e, por consequência, a honra da família, tornando-se necessário ser governada por alguém.

“A crise da sociedade seiscentista arrastou consigo uma masculinidade mais agressiva e prepotente, e a desconfiança. Como consequência veio a responsabilidade da mulher que se tornou a portadora e guardiã da honra da família e da sociedade, sendo ela o elemento funcional regulador. [...] O único meio encontrado foi encerrá-la em casa (não por moralismo mas por defesa) para as tarefas domésticas, procriação e fundamentalmente para salvaguarda da sua honra, da sua honestidade. Devia ter como modelo a Virgem [...] e ostentar-se como a mulher ideal [...]”⁴

Neste sentido, o casamento seria um estado desejável, meio através do qual a fazia prover da autoridade masculina necessária para garantir a boa conduta moral.

¹ SOARES, Ivone da Paz – *Sociabilidade feminina. Enquadramento religioso no quotidiano da sociedade bracarense setecentista*. Braga: Universidade do Minho, 1997, dissertação de mestrado policopiada, p. 78.

² LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 17.

³ SOARES, Ivone da Paz – *Sociabilidade feminina*..., pp. 162-163.

⁴ SOARES, Ivone da Paz – *Sociabilidade feminina*..., p. 164.

“A mulher solteira, além de dependente, era discriminada socialmente, sobretudo se lhe faltasse os meios de sustento. Logo, a preocupação destas mulheres e dos seus familiares era conquistar a segurança física, económica e moral, portanto, o casamento.”⁵

Outra solução preconizada e adoptada na época foi a clausura num convento ou num recolhimento, quer para sempre, quer por um determinado período de tempo. No entanto, também na clausura era necessário ter um comportamento digno, pautado pelos rigores da moral e pelos bons costumes.

“Aqui viviam num estado de reclusão, onde qualquer contacto com o exterior lhes era vedado. Os rigorosos horários da abertura e do fecho das portas só podia ser quebrado em casos de força maior. Assim, a comunicação com o mundo exterior era impedida, pretendendo-se até o corte com os laços familiares, para proporcionar a cada religiosa uma vida de oração e santificação.”⁶

2 - A fundação do convento

Relativamente à data da sua fundação, a documentação que a este facto se refere apresenta duas datas distintas, uma de 1550 e outra de 1560. Sem dados que nos possibilitem afirmar com segurança a data da sua erecção, defendemos que a mesma ocorreu nessa década do século XVI.

Paio Gomes Pereira é apresentado como sendo o fundador deste convento, que o ergueu em Monção, devido à sua devoção a S. Domingos. Foi por esse facto que, inicialmente, este convento se designou de convento de S. Domingos. Destinava-se a recolher religiosas que “[...] goardassem sua regra e seus estatutos [...]”⁷. Ainda que autorizado por Bulas de Paulo III, não houve quem quisesse ingressar na instituição. O seu fundador, decidido a continuar com a sua gesta, e encontrando-se um Nuncio Apostólico “[...] que andava naquelle tempo por entre Douro e Minho deu-lhe conta do que passava e apresentou-lhe a Bulla do Papa o Nuncio lhe persuadiu e concedeu a mudança expedindo-lhe novas letras para que no

⁵ ALGRANTI, Leila Mezan – *Honradas e devotas: mulheres da colónia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 134.

⁶ ROSA, Mário – “A religiosa”, in Rosário Villari (dir.), *O Homem do Barroco*. Lisboa: Ed. Presença, 1994, p. 182.

⁷ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 27, não paginado.

mosteiro que tinha feito se professar a regra do Glorioso Padre São Bento.”⁸ Logo que o novo patrono foi conhecido não faltaram pretendentes para ocupar os lugares do convento. Este facto pode estar relacionado com a presença enraizada dos beneditinos, nomeadamente, no Norte do país, tendo como casa mãe o Mosteiro de Tibães.

“Poder, dinheiro e contributo para a salvação dos fundadores determinara, outrossim, a criação de tantos institutos.”⁹ Mas também a necessidade de encontrarem locais que servissem “[...] de recolhimento às filhas e parentes dos padroeiros, filhas que ficavam sem dote e fora do casamento [...]”¹⁰, serviam de motivo para a fundação de um convento. Por outro lado, com o nascimento do Purgatório, abria-se a possibilidade de “negociar” os pecados cometidos em vida. “Podem, com efeito, [as almas] beneficiar de uma alteração da pena, de uma libertação antecipada, não pela sua boa conduta pessoal mas por causa das intervenções exteriores, os sufrágios. A duração da pena depende pois, “[...] dos méritos pessoais do defunto adquiridos durante a vida e dos sufrágios da Igreja suscitados pelos parentes e amigos do defunto.”¹¹

Portanto, era necessário que, depois da morte, alguém velasse pela alma do defunto. Ora estas instituições, que se previa que perdurassem no tempo, eram instrumentos ideais para assumir esses encargos e assegurar a celebração do número de missas instituídas pelo defunto, no sentido de colher o perdão junto de Deus e garantir a salvação da sua alma, atitude que certamente seria escrupulosamente cumprida em relação ao seu fundador. “[...] Todo aquele que funda missas com a cláusula de se rezarem ou cantarem «enquanto o mundo durar» alimenta a secreta esperança de aceder à eternidade no dia do Julgamento Final.”¹²

A ligação do nome das famílias fundadoras a uma instituição religiosa certamente não deixou de ser motivo de prestígio que, no momento da sua construção, terá sido tomado em conta.

“Payo Gomes Pereira movido do zelo de pia devocao fez edificar o dito mosteiro e que depois de edificado o dotara com a renda em cada hum anno de trinta mil reis de moeda de Portugal [...] e depois disso conseguiu da Sé Apostólica o direyto de nomear Abadessa do dito mosteyro e nomeando successivamente diante o ordinario Bracharense para Abbadessa do mesmo

⁸ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 27, não paginado.

⁹ Leia-se Soares, Ivone da Paz – “Rótulas Conventuais de Braga Setecentista”, in *Cadernos do Noroeste* 17 (1-2), 2002, p. 82.

¹⁰ Veja-se a propósito SARAMAGO, Alfredo – *Fé e Grandeza a Boa Vida de uma Casa Monástica. Para uma história do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005, p. 15.

¹¹ LE GOFF, Jacques – *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 253.

¹² ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Notícias editorial, 1997, p. 407.

mosteiro a sua filha Grimanese Pereira falecida esta [...]”¹³ punha-se o problema da nomeação para o cargo de abadessa. Foi nessa altura que Cristóvão de Castro reclamou o direito de tal privilégio. No entanto, e porque as religiosas não lho reconheciam, e não querendo este nem as religiosas causarem desentendimentos, aquele abdicou do direito de nomear abadessa para o mosteiro a favor das religiosas. No entanto, ficava com o direito de nomear uma freira para o convento que deveria entrar sem pagar dote e propinas. Este privilégio era extensivo para os seus herdeiros, sem que por razão alguma fosse retirado. A partir deste episódio é possível constatar a autoridade do poder secular dentro da instituição. O facto de o fundador poder nomear a abadessa do mosteiro e preferir sempre a sua filha, mostra a intenção de manter uma certa influência e poder no governo e na direcção da instituição. Poder esse que foi reclamado aquando da sua morte por Cristóvão de Castro, sem que a documentação mostre qual a relação entre eles. Acrescente-se que se Cristóvão de Castro não conseguiu os seus intentos, ele conseguiu introduzir uma religiosa no cenóbio de forma gratuita. Também é de notar o prestígio que seria para a época poder nomear a abadessa para uma instituição religiosa. Por esta razão, mesmo depois da morte do fundador, reclamou-se esse direito e, na tentativa de resolver o conflito, abdicou dele, mas não na sua totalidade. Permaneceu com a prerrogativa de poder nomear uma freira. No fundo, esse privilégio ganha apenas novos contornos. Este acto também parece mostrar, por parte da comunidade religiosa, uma tentativa de se desembaraçar da autoridade secular e assim poder escolher livremente a abadessa daquela casa, o que lhes conferiria alguma liberdade e até poder, uma vez que o voto de cada uma iria, certamente, recair em alguma das freiras do seu círculo de relações, não estando sujeitas a uma autoridade exterior às paredes da clausura.

Este convento, durante as guerras da Restauração, entre 1659 e 1668, mudou-se para Braga por três vezes. A última mudança, aquela que foi definitiva, ocorreu em 1700, porque o mosteiro de Monção foi demolido para alterar as muralhas da vila, provavelmente para a tornar menos vulnerável a possíveis invasões das tropas espanholas, pondo assim as freiras em segurança. Nessa altura, já contava com 35 freiras, entre as quais estavam algumas familiares do fundador.¹⁴ Em 1713, todas as religiosas são transferidas para Barcelos, após a conclusão da construção de um mosteiro destinado a esta comunidade. “Fechadas as portas do noviciado pelos decretos de 1833, as duas únicas monjas que tinha em 1846 foram enviadas para Viana do Castelo, e o mosteiro cedido à irmandade de Nossa Senhora do Terço.”¹⁵

¹³ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 26, não paginado.

¹⁴ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. F 601, n.º 24.

¹⁵ Confira-se ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando B. Malheiro da – *Inventário do Fundo Monástico Conventual*. Braga: Arquivo Distrital/Universidade do Minho, 1985, p. 72.

3 – Os caminhos da profissão

Era função do arcebispo dar autorização para a entrada de mulheres no convento, entrada essa que estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições. D. Gaspar de Bragança (1758-1789) ordenou a entrada de mulheres nesta instituição destacando sempre a sua vocação, assim como a vontade da candidata em servir a Deus e a aprovação das demais religiosas.

“Havendo respeito ao que Nos representou Custodia Maria sua filha legítima de Antonio Luiz Gomes já falecido e de sua mulher Custodia Maria Roiz da freguesia de São Julião de Passos que desejava muito servir a Deos no Estado de Religioza no Mosteiro de São Bento da villa de Barcellos e pelas informaçoes que tivemos e mais diligencias a que se procedeo Nos consta da sua vocação e que concorrem nella circumstancias necessarias conforme o Instituto da Ordem que pretende professar e tambem se acha aprovada pelas Religiosas do ditto Mosteiro cujos votos fora proposta em acto de comunidade”¹⁶.

Esta era a versão oficial, não se conhecendo os testemunhos das próprias. A entrada destas mulheres na instituição, ainda que movida por sentimentos de devoção a Deus, estava condicionada pelo cumprimento das exigências financeiras que o convento definia, 900 mil réis de dote, como sendo necessário para a sua subsistência¹⁷, ou pelo menos, é este o argumento que justifica tal situação, assim como a aprovação da comunidade. No entanto, casos há em que para além das exigências do convento, são dadas outras benesses, como aconteceu, em 1764, com duas irmãs que desejavam entrar no cenóbio, oferecendo “[...] cada hua quatro centos mil reis não entrando nelles as propinas do Noviciado e profissão e não lhe dar a comunidade cousa alguma em nenhum tempo e que se sustentariam a custa dos dittos seus pais”¹⁸.

O que terá motivado tal generosidade? Esta dádiva tanto poderá estar relacionada com o fervor religioso, assumindo assim o carácter de esmola, ou também terá servido para impressionar as autoridades, contando com isso poder obter um parecer favorável à sua situação e poder ser aceite no convento. Outra das condições de entrada seria certamente a disponibilidade de um lugar. Assim, em 1763, D. Maria Caetana, filha de D. José Manuel de Meneses, foi apresentada neste convento “[...] no lugar que lhe compete de hua Religioza no Convento De São Bento da villa de Barcellos que vagou por óbito da Madre D. Joanna Maria Baptista”¹⁹.

¹⁶ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 26, não paginado.

¹⁷ Leia-se para este assunto ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII)”. In *Noroeste*, n.º 1, 2005, pp. 113-136.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Outras razões motivavam a entrada destas mulheres: “[...] amores contrariados, fugas a casamentos indesejados, honras maculadas de donzelas, infidelidades públicas e notórias, mágoas da vida, dotes desfeitos por bens arruinados, heranças de solteironas, solidão de viúvas.”²⁰ Mas também dificuldade em contrair matrimónio aceitável dentro do seu grupo social como forma desejável de alcançar o estatuto e a honra pretendidos, e ainda a vontade e o desejo do recolhimento interior como forma de se aproximar de Deus.

A entrada destas mulheres na clausura efectuar-se-ia no prazo de dois meses contados a partir da aprovação do arcebispo e, um mês antes de completo o ano “[...] de sua provação a madre Abbadessa do referido Mosteiro de baixo da pena expressa no Sagrado Concilio Tridentino Nos dara parte para mandarmos fazer as diligencias que devem proceder a profissão”²¹. Pelo arcebispo passavam os processos de entrada e de profissão destas mulheres, o que evidencia o controlo da instituição. No entanto, para este mosteiro, e de acordo com a documentação trabalhada, este nunca recusou a entrada ou a profissão de qualquer jovem que aspirasse ser religiosa e servir a Deus.

Para que as noviças fossem aceites na instituição e pudessem professar, era necessário que estas passassem por um sistema de escrutínio na comunidade. No entanto, nem todas podiam votar. Foi o que se passou em 1788, altura em que algumas religiosas se viram impedidas de votar porque já possuíam duas irmãs no convento que tinham direito de voto, as chamadas vogais, outras porque não lhes reconheciam as faculdades necessárias para o efeito, sem que, no entanto, as especificassem, e outras ainda porque tinham movido uma rebelião dentro da instituição. No que se refere ao primeiro impedimento apontado, este foi favoravelmente resolvido, com base no costume da comunidade, onde nunca nenhuma religiosa tinha sido impedida de votar, mesmo que tivesse mais de duas irmãs com essa faculdade.

Nem sempre a noviça reunia o consenso para ser admitida como religiosa, foi o que aconteceu, em 1788, quando se preparava para tomar votos a noviça Joana Narcisa de Santo António. A comunidade dividiu-se em dois grupos, num primeiro momento, quanto à forma de proceder à votação. Um dos grupos reclamava a forma de escrutínio através do voto por favas brancas e pretas, enquanto que o outro defendia o voto verbal. Depois de ficar decidido que o sistema de votação seria através de favas brancas e pretas, segundo o costume da instituição, a comunidade alegou que a noviça não se encontrava preparada no ofício do órgão, para o qual foi aceite no convento. Por essa razão, defendiam que deveria terminar a sua formação, porque temiam que

²⁰ Soares, Ivone da Paz, “Rótulas Conventuais de Braga Setecentista”..., p. 83.

²¹ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 26, não paginado.

se assim não acontecesse, e depois de professar, recusaria a sujeição às instruções do mestre que a ensinava, ficando a comunidade prejudicada. Insistindo a noviça na votação, ficou reprovada por votos, obtendo 14 favas pretas e 11 favas brancas. A noviça ainda tentou anular a votação alegando que existiam mais que duas irmãs votantes, mas a comunidade argumentou com a prática do seu costume e a votação foi validada.

A noviça acabou por ser aceite, depois de novo contrato entre seu pai e o convento, mas com certas reservas. Se esta não aperfeiçoasse a aprendizagem do órgão, o seu pai teria que dar o dote de que estava dispensada por ali ter entrado na condição de ser a organista do convento. Portanto, a entrada de uma noviça no convento também poderia justificar-se pelas necessidades do mesmo, neste caso, de uma organista. E se esta necessidade estivesse em risco de não ser satisfeita, era motivo para que a jovem não fosse aceite pela comunidade para professar.

Este episódio tomou estas proporções, em certa medida, devido à importância da existência de uma organista numa instituição religiosa. O ofício divino era cantado diariamente nas comunidades religiosas, como forma de melhor louvar a Deus. Indispensável se tornava então o domínio da música por estas comunidades. “Nos numerosos conventos e mosteiros de freiras [...] canto litúrgico, desde o ofício coral às missas solenes e demais actos de piedade, dos lausperenes ao tédeu, bem como a música instrumental, tinham religiosas aptas a executá-los e ensiná-los.”²² Aliás, este aspecto tornava-se de tal forma importante que a “[...] presença do canto e do órgão é, de há muito, inseparável da música litúrgica e da religiosidade portuguesa, como forma de melhor louvar a Deus, que pastoralmente os responsáveis eclesiásticos acompanhavam com a merecida atenção.”²³

Depois de as noviças serem aceites pela comunidade como professoras, o convento tinha de informar o arcebispo, ou o cabido, no caso de *Sede Vacante*, e só depois da autorização por eles expedida a madre abadessa podia aceitar essas noviças como professoras.

“[...] A certidão da madre Abbadessa e escrivão do convento se Sam Bento de Barcellos por que consta serem aceites as Noviças Mariana Jozepha de Jezus e Eugenia Margarida de Sam Joze aceites por votos de toda a comunidade e terem satisfeito com o dote e propinas na forma do costume do dito convento e outrosim nam rezultar impedimento algum das perguntas que a

²² Leia-se para este assunto MARQUES, João Francisco – “A música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 497.

²³ Idem, p. 487.

ambas foram feitas na forma do sagrado Concílio Tridentino dou licença a dita madre Abbadeça para que professe as ditas novissas e se lance veio e admita aos cargos do dito convento”.²⁴

Afirma-se a necessidade destas mulheres cumprirem com obrigações financeiras que o convento exigia, assim como outras condições que estavam expressas nas questões que eram colocadas às noviças, conforme o estipulado por Trento. Neste processo de averiguação, por parte do arcebispo, no sentido de verificar se a noviça cumpriu com as suas obrigações durante o tempo do noviciado, é possível conhecer os trâmites seguidos. Os mandatários daquele prelado, num primeiro momento, inquiriam a abadessa do convento, perguntando-lhe, sob juramento dos Santos Evangelhos, se a noviça tinha satisfeito o convento com o dote e as propinas. Num segundo momento, era inquirida a mestra das noviças, de quem se pretendia saber se a candidata tinha terminado o seu ano de noviciado, se tinha satisfeito a comunidade com os seus actos, de acordo com a regra, e se tinha dado mostras de ser boa religiosa. Por último, era a noviça que prestava declarações. Desta, pretendia-se obter informações sobre o seu nome, a sua filiação, a sua naturalidade, a idade, se era de livre vontade que professava, se tinha entendido as regras e os rigores da clausura, se tinha feito promessas de casamento a algum homem e se tinha bens para testar.

Portanto, a instituição eclesiástica pretendia assegurar-se da vocação religiosa das candidatas a freiras, necessária ao bom funcionamento da instituição, mas também para levar a bom termo as práticas religiosas a que se propunham dedicar, evitando que aqueles espaços se transformassem em lugares de imoralidade e de laxismo. Nesse sentido, a aceitação destas mulheres exigia a reunião de um conjunto de atributos. Tinham de ser isentas de qualquer infâmia, portadoras de boa fama e costumes, virtudes e honestidade, ser humildes, não podendo ser cristãs novas nem de geração de mouros, nem possuírem doença contagiosa. De realçar que, nas perguntas que eram feitas às noviças, se reconhecem os rigores da vida conventual. Parece que, de antemão, a vida religiosa da clausura era encarada como um acto de sacrifício e, por isso, merecia a consciencialização de tal acto e até a sua ponderação. “Contudo a freira não era esse ser quase divino e ideal que a imaginação gostava de figurar. Elas revelaram-se por vezes combativas quando as autoridades (políticas ou eclesiásticas) interferiam nos seus costumes.”²⁵ Por outro lado, “[...] o interior dos mosteiros estava longe, muitas vezes, do que seria de esperar em mansões consagradas a Deus. Os pais não escrupulizavam em forçar os filhos, sobretudo as filhas, a tomarem o hábito ou, pelo menos, a residência conventual;

²⁴ ADB, Fundo Monástico Conventual; doc. n.º 26, não paginado.

²⁵ LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, espaço e sociabilidade...*, p. 57.

e os leigos, a pretexto de heranças, direitos de padroado, aposentadorias, etc, instalavam-se, não raro, entre as comunidades, delapidando-lhes os bens e corroendo os seus costumes.”²⁶

Para além das mulheres que entravam na instituição para vestirem o hábito, o convento também albergava mulheres seculares e educandas. Por vezes, as licenças para admitir seculares, que eram enviadas da Secretaria dos Negócios do Reino, vinham apenas formalizar o acto, uma vez que as seculares já se encontravam a viver na instituição. Saliente-se ainda, que lhes era permitida a posse de criadas para as servir, pelo que seriam pessoas com posses, até porque tinham que se sustentar por meios próprios.

No entanto, eram-lhes impostas algumas regras como o recato e a moderação no vestir. A documentação pouca informação fornece sobre as residentes. Por vezes aparece a naturalidade, a filiação, o que permite constatar que eram filhas solteiras que iam para o convento por ordem do pai e só podem sair de lá quando aquele autorizasse. É o caso de D. Ana Machado Carmona Pereira de Brito, filha de Manuel de Brito, de Barcelos, que “[...] no dicto Mosteiro sera conservada com o devido resguardo e cautella”.²⁷ Mas também lá entravam mulheres viúvas e mulheres casadas, cujos maridos se ausentaram.

Quando estavam doentes, as seculares podiam obter licença do Paço Arquiepiscopal para se ausentarem por um período de tempo para se curarem das suas moléstias. Foi o que aconteceu a D. Luísa Inácia Barbosa, que foi entregue a seu irmão e seria readmitida no convento logo que se achasse restabelecida. Esta entrada de seculares, nestas condições, mostra que o convento também era um local de resguardo de mulheres que, por qualquer razão, se viam privadas da presença masculina, tida como necessária à preservação da sua honra.

Em 1812, foi celebrado um contrato com o mosteiro que estabeleceu as condições em que uma educanda secular, uma menina exposta que, por caridade do Padre Manuel José Pereira, a remeteu a esta instituição. No acto da entrada foi pago ao convento “[...] a quantia de cem mil reis com a clauzulla e condição que no caso que a dita menina possa ser professa servira o mesmo piso sem ser preciso dar novo pizo [...]”²⁸ tendo, no entanto, que pagar o dote. Este contrato, embora celebrado em nome do referido padre, foi acordado entre um irmão seu e a abadessa. A entrada no convento, neste caso, parece vir salvar este ser da miséria, e de uma

²⁶ DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Tomo I, Coimbra, Universidade de Coimbra: 1960, p. 48.

²⁷ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 26, não paginado.

²⁸ Idem.

vida difícil e exposta aos perigos da vivência em sociedade, enquanto mulher abandonada. De facto, o convento servia como resguardo destas jovens, onde, para além dos rigores da religião, possuíam um tecto, uma cama e o sustento do corpo e da alma. No entanto, a entrada de expostos nestas instituições estava dependente do pagamento de um dote que, para esta instituição em particular se apresenta elevado. Portanto, a entrada de expostos no cenóbio seria uma estratégia familiar, como forma de esconder a existência de um ser que, ao ser exposto, evitaria o conhecimento de uma imoralidade socialmente condenável.

Muitos outros casos são conhecidos de entrada de educandas nestas instituições. Ali recebiam uma formação moral de acordo com os princípios da religião e se preparavam para a vida. Recebiam uma educação traduzida no temor e na obediência a Deus e no cumprimento das obrigações da vida cristã, agradando tanto a Deus como aos homens, conforme optasse por ser uma futura digna “Esposa de Cristo”, se seguisse a vida religiosa, ou uma boa esposa, mãe e governanta de uma casa. Muitas delas saíam anos mais tarde para contraírem matrimónio e concretizarem os planos políticos e económicos dos seus pais. Neste caso, administrariam todos os princípios cristãos aprendidos à sua família. Não obstante, a tenra idade com que por vezes entravam para dentro dos claustros, ainda que como educandas, fazia-as prosseguir a vida religiosa, pois era desde muito crianças que recebiam uma educação segundo esses princípios. “No entanto, o sonho da maior parte das jovens era ter um dote que cativasse um esposo.”

“Esse sonho, porém, viajava com (algumas) elas quando as levavam para o convento e nem os muros o esbatiam, nem o maceramento dos cilícios atordoavam as tentações naturais.”²⁹

O convento servia diferentes propósitos, era lugar de resguardo, protecção e de salvação, não só material, mas também social e espiritual.

3.1 – Os cuidados da alma

O convento também cuidava do cumprimento dos legados deixados aquando da morte de alguém, que instituía um determinado número de missas, responsos e outros ofícios divinos mandados celebrar pela sua alma e/ou de familiares. O “Padre Domingos da Costa de São Martinho de vila Frescainha extra muros da vila de Barcelos certefico que eu disse trezentas e noventa missas no convento de São Bento dada pella bênção do Legado que instetuhio

²⁹ SOARES, Ivone da Paz – “Rótulas Conventuais de Braga Setecentista”..., p. 83.

Manoel da Silva Bacellar [...]”³⁰ E com a criação do Purgatório esta prática avolumou-se, sendo estas instituições bastante procuradas para fazerem cumprir os legados testamentários, como foi referido anteriormente. “O poder de atracção dos conventos assenta, em grande medida, na capacidade de mobilização das irmandades e ordens terceiras que aí se estabelecem. São elas que garantem a abertura do solo sagrado à população.”³¹ É por essa razão que, nos seus testamentos, asseguram para a posteridade a assistência à sua alma que, por alguma razão se possa encontrar cativa, impedida de entrar no Paraíso, fim último de qualquer cristão. Assim, a instituição de altares conhece uma grande expansão, procurando-se as indulgências pontifícias a eles associadas, como forma de assegurar a libertação da alma.

Mas se o convento cuidava das almas dos defuntos que nele instituíram sufrágios divinos, também o fazia, e em primeiro lugar, em relação à alma das residentes. Através da documentação é possível verificar a preocupação tida pelas responsáveis da instituição no sentido de prover a mesma de confessores que velassem da alma das religiosas. Pedido esse que era endereçado ao arcebispo, o que demonstra a autoridade deste no processo dos cuidados de assistência à alma nestas instituições e a sua importância no sentido de controlar todo o processo da nomeação de confessores, exigindo às religiosas, aquando do pedido da referida renovação, o documento que comprovava a sua qualidade de confessor. Esta preocupação visava certamente evitar desvios da prática, uma vez que os confessores tinham que entrar na clausura. Por isso, era necessário que fossem homens com o sentido de responsabilidade e que reunissem algumas qualidades tidas como necessárias para não pôr em perigo a honra nem a dignidade das recolhidas.

“Dizem a Madre Maria Izabel de São Joze e outras Relligiozas no Mosteiro de São Bento da Vila de Barcelos que não obstante haverem alguns clerigos com Licença de confissão no mesmo convento contudo muitas veses acontece deixarem as supplicantes de commungar em alguns dias festivos e de Devoção por não terem com quem se possam reconciliar em razão de que pela maior parte são clerigos empregados em coros e Igrejas que nesses dias tem obrigaçoens nellas e não vão ao mesmo convento e porque em qualquer destes acontecimentos ha no mesmo mosteiro o Padre João Joze Gomes da Costa capellão das Missas de Manham clerigo ja mais de sessenta annos de bonna vida e costumes e com Jurusdiçam de confessar mulheres querem que Vossa Excelência lhes faça a Graça de o authorizar para as ouvir da confissão”³²

³⁰ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 26, não paginado.

³¹ ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa: atitudes e representações...*, p. 367.

³² ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 26, não paginado.

Também existem pedidos específicos no que se refere aos confessores das seculares que estavam no convento ou das moribundas, naturalmente, com os mesmos propósitos referidos anteriormente. Embora a condição destas mulheres fosse diferente, as necessidades espirituais eram as mesmas. Será em razão destes e de outros motivos que o convento tinha mais que um confessor. Assim sendo, essa renovação tinha lugar anualmente, à excepção de um caso que obteve licença para três anos. É de notar ainda que todos os pedidos de renovação das licenças dos confessores, feitos entre 1801 e 1825, foram aceites. Através destes pedidos verifica-se que existia um número variável. Anos há em que é possível saber exactamente o número de padres confessores aí existentes, uma vez que existem listas com os respectivos nomes que acompanham o pedido de renovação das licenças, enquanto que para outros anos, ou não existem essas listas, ou o pedido de licença para confessar é feito para um único padre.

As mulheres que enveredavam pela vida religiosa procuravam assegurar a sua salvação não só a partir dos cuidados tidos com a sua conduta mas também se precavam de outras formas, fazendo parte de confrarias seculares, canonicamente instituídas, de quem esperavam indulgências e a absolvição no acto da morte. “Os «seguros espirituais» cobrem o futuro incerto da alma, acautelam a miséria futura e, por isso, sempre que a disponibilidade económica existe, multiplicam-se as «apólices» nas irmandades, isto é, adquirem-se novas cartas patentes.”³³ Mas, no caso de muitas delas, encontravam-se afastadas dessas confrarias de que faziam parte, por isso, em 1744, reclamaram ao arcebispo por esse facto, pedindo-lhe autorização para obter a absolvição e as indulgências a partir da confissão. Para tal, solicitaram-lhe autorização para a entrada de religiosos com as faculdades necessárias para esse fim, informando este o papa Bento XIV, que deu parecer favorável aos pedidos efectuados. A própria escolha do nome, no momento da sua entrada na clausura seguia sentimentos de ligação a devoções antigas. Por isso, podiam escolher o nome de um santo, da Virgem, ou podia ser uma forma de homenagear a fundadora da ordem a que pertenciam, o orago da casa ou da igreja. O percurso terreno destas mulheres parece, em certa medida, pautado pela sua preparação para a morte, através dos cuidados que estas prestam à alma, mas também nos cuidados que previamente instituíam para depois da sua partida do mundo terreno, nomeadamente através da pertença às confrarias, instituições que perdurariam a sua passagem pelo mundo terreno e que velariam pela sua alma.

³³ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações...*, p. 367.

3.2 – A devoção

A vontade de ingressar num convento foi em alguns casos assumida pelas candidatas. Maria Teresa Felizarda da Encarnação e a sua irmã Filipa Rosa Caetana de Santa Cruz mostraram, em 1772 “[...] ardente desejo de se destinarem ao Estado Religioso em o convento de São Bento [...] para o que querem segurar os seus alimentos e congrua sem em coisa alguma prejudicar ao dito convento em reção nem mais despesas”.³⁴ Ofereceram ainda uma esmola de 400 000 mil réis cada uma. No entanto, é preciso questionar este fervor manifestado. Sendo estas mulheres órfãs de pai, careciam certamente de protecção masculina, para a época tida como essencial para preservar a sua honra. A vontade manifestada por estas jovens poderá justificar-se pela situação precária em que se encontravam, até porque o seu futuro se apresentava incerto.

A 18 de Novembro de 1792, escreveu a abadessa do convento de São Bento de Barcelos, ao arcebispo de Braga a pedir autorização para ter dentro de portas uma leiga que, pelo fervor religioso e pela grande vontade de ser religiosa, fugiu de casa e entrou à força no convento, não querendo regressar a casa por temer a reacção e o castigo de seu pai. A abadessa apelou à sensibilidade do arcebispo, à sua bondade e compaixão para que aceitasse a referida leiga. Pela mesma altura, uma outra secular, aproveitando o pretexto de visitar uma irmã que estava nesse convento, entrou por aí a dentro, recusando-se a sair, pedindo à “[...] comonidade a conservarem pois queria ser Relegiosa e morrer no mesmo mosteiro sem tornar ao poder de seus pais [...]”.³⁵ A abadessa intercedeu a favor da suplicante escrevendo aos pais no sentido de os demover quanto à proibição anteriormente referida. Os pais recusaram o pedido numa “[...] carta descomposta e indesente [...]”.³⁶ Estes dois casos, embora à primeira vista pareçam demonstrar o desejo destas mulheres em tomar o hábito, pelo menos uma delas afirma que não quer voltar ao poder de seus pais, o que pode significar a fuga à tutelas dos progenitores. De facto, a entrada destas mulheres nos conventos significa, numa primeira análise, a sua libertação da autoridade dos pais. Até que ponto não seria isso desejável por algumas mulheres? É sabido que muitas delas serviam os propósitos económicos e políticos de seus pais, através das alianças matrimoniais. Os conventos são espaços onde a mulher tem poder de decisão, acabam por ser locais onde podem manifestar a sua autoridade e a sua capacidade de liderança através do desempenho de determinados cargos de importância dentro da instituição.

³⁴ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 27, não paginado.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

Certamente que houve quem ingressasse nestas instituições com sentimentos de fé, vocação e amor a Deus, mas outras, embora manifestassem grande religiosidade, não teriam certamente vocação, como se constata na devassa que foi instituída a este convento, em 1744.³⁷

A comemoração dos dias festivos merece especial cuidado e preparação, existindo, inclusive, um manual de instruções quanto ao modo como se celebravam determinadas datas festivas. Estas podiam ser de primeira ou segunda classe. E dentro destas duas classes, o culto diferia em termos de ritual. A cada data festiva podia ou não ser atribuída uma missa cantada, acompanhada ou não de órgão assim como de sermão, o toque dos sinos podia ter lugar ou não, e quando tinha, podia até ser várias vezes ao dia, para assinalar momentos específicos de oração. “Tocase o sino pela manha como nos mais dias e repicase para a Missa cantada e a gloria dase hu repique e não retorna a repicar nem tocar emte a gloria de sábado santo tocase a Missa a órgão mais depois de Agnus Dei não se toca mais [...]”.³⁸ No entanto, de maneira geral, o culto de primeira classe tinha “calendas cantadas”, repiques ao meio-dia, vésperas solenes e a missa era acompanhada de órgão, enquanto o culto de segunda classe, também em termos gerais, tinha vésperas cantadas, missa sem órgão e ausência do toque dos sinos. Elementos mais comuns do culto de primeira classe podem estar presentes no de segunda, como o caso do toque dos sinos, e o contrário também acontecia. As próprias orações a proferir estavam cuidadosamente especificadas, assim como o decorrer da celebração religiosa, de modo a garantir o cumprimento do que foi estabelecido, querendo-se primar pelo rigor do culto ao santo ou à festividade em questão. “Se faz a oração antes da oração se toção as vesporas; a oração deste Dia e o ato de fé e de contrição e lese o ponto e no fim se dis Bendita e Louvada seja a Morte e Paixão de nosso Senhor Jezus Christo e depois de se acabar a oração se faz a deseplina [...]”.³⁹

Parece, portanto, haver uma hierarquia do culto da qual depende o cumprimento de determinados rituais. Esta normalização transparece igualmente o rigor a que as monjas estavam sujeitas no seu dia-a-dia.

³⁷ CASTRO, Maria de Fátima – “Aspectos da vida conventual das religiosas de S. Bento da Vila de Barcelos através de uma devassa de 1744”. In *Barcelos Revista*, Câmara Municipal de Barcelos, 2.ª série, n.º 6, 1995. pp. 43-76.

³⁸ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 27, não paginado.

³⁹ Idem.

3.3 – O “casamento com Deus”

Numa época em que a mulher era vista como um ser que, para estar segura dos perigos do mundo, devia estar sob a autoridade de um homem, só as mulheres casadas, ou aquelas que tivessem o pai ou um irmão por perto, pareciam estar em condições de se protegerem do pecado, sobretudo o carnal, e assegurarem a sua virtude e a sua honra. A subalternização do papel da mulher na sociedade resulta das práticas cristãs, práticas essas que herdaram princípios judaicos onde, numa sociedade patriarcal, o papel da mulher era reduzido ao seio familiar. No entanto, também o facto de uma mulher ter sido criada a partir do Homem, segundo a Bíblia, terá contribuído para acentuar essa perspectiva, agravada pela ideia da mulher pecadora, à imagem de Eva.

Assim sendo, o casamento era o estado que muitas mulheres desejavam, tanto ou mais que os seus familiares, mas também a sociedade em geral, ao ponto de alguns benfeitores deixarem dotes para casamentos, para facilitar o matrimónio de mulheres honradas e virtuosas⁴⁰. Portanto, todas aquelas que não tivessem possibilidade de contrair casamento, estariam em perigo de cair no pecado e na consequente desonra.

Foi para evitar tal situação que muitas mulheres ingressaram nos conventos. Dentro da clausura, com uma vigilância e um código moral e religioso apertado, no sentido de evitar todos os devaneios, assegurariam a sua conduta moral e espiritual. Por essa razão eram socialmente consideradas pela total entrega a Deus e porque aliviavam a pesada responsabilidade dos seus pais em preservarem os valores morais da família.

As cartas de profissão daquelas que integram este convento apresentam um conjunto de valores e de promessas que as noviças assumiam respeitar, e pelos quais pautariam o seu comportamento dentro da instituição. Assim, prometiam a Deus a sua “[...] estavelidade perpetua mudansa de [seus] costumes obediencia pobreza e castidade diante de Deus e de seus santos segundo a Regra do nosso patriarca São Bento [...]”⁴¹.

Estes princípios, assumidos pelas noviças no momento da sua profissão, eram dedicados a Deus. A oração e a devoção, atitudes presentes no quotidiano dos espaços conventuais, eram dedicadas ao seu “esposo”, e permitiam um estado de contemplação e de união com Deus a

⁴⁰ Leia-se sobre este assunto ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia, 2000.

⁴¹ ADB, Fundo Monástico Conventual, doc. n.º 26, não paginado.

quem prometiam obediência, pobreza e castidade, e perante estes valores podemos dizer que também a fidelidade seria uma dos princípios respeitados. A perfeita esposa de Cristo deveria pautar as suas atitudes pelo recato no modo de agir e de falar e realçar todas as suas virtudes. Renunciar a tudo aquilo que conspurcasse a sua alma e a desviasse do sentido de devoção, dedicação e obediência ao seu esposo.⁴² Embora promettessem a pobreza, é sabido que alguns conventos viveram uma riqueza material, não só permitida pelos montantes dos dotes que eram pagos no momento da sua entrada, mas também pelos proveitos económicos resultantes da exploração das imensas propriedades que possuíam desde que algum benfeitor as doou à instituição em troca de benefícios espirituais. Noutros casos, o empréstimo de dinheiros a juro era prática corrente.

Também estes princípios eram adoptados pelas mulheres leigas, perante os seus maridos, sobretudo a obediência e a fidelidade. A um nível espiritual, também as religiosas tinham o seu “esposo” que, embora não tivesse presença física, tinha uma presença espiritual. Devido à sua natureza, acabava por imprimir uma maior presença e controlo, exigindo uma maior obediência porque se Deus é onnipresente, o comportamento destas mulheres estava sujeito a uma vigilância mais apertada, o que não significava que aqueles princípios fossem obrigatoriamente cumpridos.

A mulher que não conseguia marido ou que não desejava um marido do século, tinha seguramente um marido na clausura. E a sua entrada num convento podia então não estar directamente relacionada com a ausência da autoridade masculina, mas sim pela vontade de não se sujeitar à obediência dos seus pais ou irmãos, ou ainda do homem que os seus pais escolhessem para marido. Pelo menos, em grande parte dos casos, assim se processavam os casamentos da época e, como consequência, tinha a obrigação de partilhar o leito, tendo que assegurar a sua descendência e todas as obrigações matrimoniais, obrigações estas que não tinha que cumprir dentro do convento perante o esposo divino. “Certamente que a busca de espiritualidade norteava algumas, porém outras seria por modismo, ou para sair da casa paterna ou da própria sociedade tão fechada para a mulher.”⁴³

⁴² Leia-se SOARES, Ivone da Paz – “Rótulas Conventuais de Braga Setecentista”..., p. 89.

⁴³ SOARES, Ivone da Paz – “Rótulas Conventuais de Braga Setecentista”..., p. 85.

Prometiam ainda a perpétua mudança dos seus costumes, o que parece equivaler ao abandono e à renúncia dos seus hábitos de vida secular e a interiorização de novos hábitos impostos pelo seu “esposo” para toda a vida, até porque o casamento era indissolúvel. “A reclusão era apenas o primeiro passo de um longo caminho para atingir Deus e despojar-se das coisas mundanas.”⁴⁴

Como vimos anteriormente, a autorização da entrada de mulheres no convento era dada pelo arcebispo que, nos casos conhecidos, realça sempre a sua vocação e a sua vontade de servir a Deus. As autoridades asseguravam-se assim que estariam perante uma boa “esposa” de Cristo, uma vez que iam assumir um compromisso perpétuo. O mesmo se pretende assegurar quando lhes eram feitas as perguntas que antecedem a profissão, onde se pretende saber se era de sua livre vontade que professavam, à semelhança do que acontecia com o casamento laico, e se prometeram casamento a algum homem. O próprio noviciado, ao fim do qual se podia professar, se tivesse decorrido dentro do esperado, parecia ser uma preparação para o assumir desse “matrimónio” que teria que se pautar por um apertado código moral. Uma vez mais era perguntado às candidatas à profissão se tinham entendido os rigores da regra e da religião. Portanto, este período de um ano servia para pôr à prova as virtudes da “esposa” candidata. Assim como o namoro era considerado importante para o casamento, também o noviciado precedia a profissão e servia de preparação para o enlace com Cristo. Os cuidados que estas prestavam à alma, tinham por objectivo último facilitar a chegada junto do seu “esposo”. Por isso, deviam seguir uma conduta guiada pelos princípios da religião, da moral e dos bons costumes, encomendando a sua alma a Deus, que se materializaria no encontro entre ambos no momento da morte.

⁴⁴ ALGRANTI, Leila Mezan – *Honradas e devotas...*, p. 296.



Conclusão

Apesar de todos os cuidados tidos no pós Trento, no sentido de prover a reforma das condutas morais, religiosas e sociais, muitas destas disposições vão ficar muito aquém de serem cumpridas.

O esforço feito no sentido de controlar e precaver as servas de Deus do pecado, mácula que pesaria na sua alma quando esta se apresentasse perante Ele, envolveu esforços das autoridades eclesiásticas e civis. No entanto, os efeitos mais visíveis desses actos foram os registos que chegaram até nós e que documentam os desvios das normas instituídas.

Nem as instituições como os conventos foram capazes de servir de resguardo moral para quem os procurava, até porque entre aquelas que os compunham, muitas eram as que não sentiam vocação, outras tinham lá sido encerradas por diversos motivos, menos os religiosos, não se acostumando às privações daquilo a que estavam habituadas no mundo secular.

No entanto, muitas outras dedicavam-se à vida religiosa, pautando as suas atitudes segundo valores como a fé e a vocação, ora porque se sentiam amadas por Deus ou porque o amavam, entregando-se a ele de corpo e alma, suportando assim os rigores da religião, ou ainda porque viam nessas instituições o local ideal para o exercício da sua espiritualidade e de preparação da sua alma para o dia em que teriam que se apresentar junto do seu “esposo”.